



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638929 - PI (2021/0003748-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : KAIO CESAR MAGALHAES OSORIO
ADVOGADO : KAIO CESAR MAGALHAES OSORIO - PI013736
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : MARCOS ANTONIO SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ANTONIO SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (Apelação Criminal n. 2016.0001.003554-0).

O paciente foi condenado à pena de 18 anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a negativa de reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, ainda que qualificada, visto que foi utilizada para subsidiar a condenação, nos termos do enunciado da Súmula n. 545/STJ.

Aduz, ainda, que o sentenciado faz jus à compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante relacionada à utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja redimensionada a reprimenda do réu.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente